

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf JOÃO BÔSCO REIS CESTARO

**O SISTEMA DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE PARA O
CUMPRIMENTO DE MISSÕES NO EXTERIOR**



Rio de Janeiro
2018

Maj Inf JOÃO BÔSCO REIS **CESTARO**

**O SISTEMA DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE PARA O
CUMPRIMENTO DE MISSÕES NO EXTERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf Gian Dermário da Silva

Rio de Janeiro
2018

C421i Cestaro, João Bôsko Reis

O sistema de prontidão da força terrestre para o cumprimento de missões no exterior. / João Bôsko Reis Cestaro— 2018.

47 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Gian Dermário da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 45-47.

1. FORÇA DE PAZ. 2. FORÇA EXPEDICIONÁRIA. 3. PRONTIDÃO. 4. FORÇA TERRESTRE I. Título.

CDD 355

Maj Inf JOÃO BÔSCO REIS **CESTARO**

**O SISTEMA DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE PARA O
CUMPRIMENTO DE MISSÕES NO EXTERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e Estado-
Maior do Exército, como requisito parcial para
a obtenção do título de Especialista em
Ciências Militares.

Aprovado em _____ de _____ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Gian Dermário da Silva – Ten Cel – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Jauro Francisco da Silva Filho – Ten Cel – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Luiz Eduardo Santos Cerávolo – Maj – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais João Bôsko Cestaro (in memoriam) e Iranildes Reis Cestaro pela educação que me proporcionaram e pelo incentivo dado em todas as situações.

A minha esposa Rita pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu orientador Ten Cel Gian, pela orientação prestada que em muito contribuiu para a elaboração deste trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

“O Exército pode passar 100 anos sem ser usado, mas não pode passar um minuto sem estar preparado”.

(Rui Barbosa)

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo apresentar uma análise da situação do sistema de prontidão da Força Terrestre para o cumprimento de missões no exterior. Além disto, procurou apresentar a organização de tropas expedicionárias de vários países, a título de referência de capacidade de projeção de forças no exterior, bem como esclarecer a sistemática de preparo e disponibilização de tropas junto à Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil faz parte. Por meio de uma análise de manuais, documentos, relatórios, artigos científicos e trabalhos relacionados com o tema, levantou-se uma série de conexões desde à Política Nacional de Defesa do Brasil até Diretrizes de Preparo das Tropas para o cumprimento de missões desta natureza, que embasam a necessidade da Força Terrestre se manter em permanente estado de Prontidão. Por fim, o trabalho buscou levantar conclusões e recomendações para que se mantenha, em primeiro nível, e que se aperfeiçoe o estado de prontidão da Força Terrestre para o cumprimento de missões no exterior, diante de possíveis cenários que estejam na esfera de interesse e obrigação do Estado Brasileiro.

Palavras-chave: Força de Paz, Força Expedicionária, Prontidão e Força Terrestre.

ABSTRACT

The objective of this work was to present an analysis of the situation of the ground force readiness system for the accomplishment of missions abroad. In addition, it sought to present the organization of expeditionary troops from various countries, as a reference for the capacity of projecting forces abroad, as well as to clarify the system of preparation and availability of troops to the United Nations, which Brazil does part. Through an analysis of manuals, documents, reports, scientific articles and related works, a series of connections have been made from the National Defense Policy of Brazil to Guidelines for Preparing the Troops for the accomplishment of missions of this nature, which support the need for the Land Force to remain in a permanent state of readiness. Finally, the work sought to draw conclusions and recommendations so that it is maintained at the first level and that the state of readiness of the Land Force is improved for the accomplishment of missions abroad, in the face of possible scenarios that are in the sphere of interest and obligation of the Brazilian State.

Keywords: Peace Force, Expeditionary Force, Readiness ability and Land Force.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura do SISOMT (Sistema Operacional Militar Terrestre).....	17
Figura 2	Capacidade de mobilidade estratégica.....	19
Figura 3	Fatores determinantes da geração de capacidades (DOAMEPI).	21
Figura 4	Conceito Operativo do Exército.....	22
Figura 5	Ciclo de disponibilidade de 24 meses.....	25
Figura 6	Principais conflitos atuais.....	30
Figura 7	Ciclo de preparo e prontidão da F Expd.....	30
Figura 8	Cronograma Geral do Preparo das OM F Paz/P.....	37
Figura 9	Estágio Avançado de Operações de Paz.....	38
Figura 10	Visita de Inspeção da ONU ao BRABAT 26.....	39
Figura 11	Nível 2 de prontidão alcançado.....	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	13
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	14
2	METODOLOGIA	15
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	15
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	15
2.3	COLETA DE DADOS.....	15
2.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	16
2.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	16
3	O SISTEMA DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE	17
4	FORÇA EXPEDICIONÁRIA	19
4.1	CONCEITOS.....	19
4.2	HISTÓRICO DE EMPREGO.....	22
4.3	MODELOS INTERNACIONAIS.....	24
4.4	SUBPROJETO FORÇA EXPEDICIONÁRIA.....	29
5	FORÇA DE PAZ	32
5.1	CONCEITOS.....	32
5.2	A PREPARAÇÃO DE TROPAS NO SISTEMA <i>UNPCRS</i>	34
6	CONCLUSÃO	41
7	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se uma tendência mundial para emprego de Forças Conjuntas, Combinadas e Singulares, com estruturas modulares, destinadas a realizar operações militares fora do território nacional, integrando uma estrutura sob a égide de organismo internacional ou para salvaguardar interesses no exterior (BRASIL, 2016).

Diante desse cenário atual, a Política Nacional de Defesa (PND) brasileira estabelece alguns Objetivos Nacionais de Defesa (OND) que estão diretamente relacionados com o emprego de forças no exterior, dentre os quais: defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2012b).

Ainda na PND, observam-se algumas orientações destacadas, direcionadas aos OND relacionados ao assunto, sendo oportuno citar as orientações a seguir:

O Brasil deverá **aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas** para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais, a fim de ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos; e o Brasil deverá dispor de **capacidade de projeção de poder**, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU (BRASIL, 2012b. Grifo nosso).

Desta forma, a Estratégia Nacional de Defesa (END), documento que tem por finalidade propiciar a execução da PND, bem como orientar sistematicamente e com medidas de implementação para a consecução de tais OND, nos mostra o caminho para alcançá-los, da seguinte forma:

Desenvolver a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, ou seja, ter mobilidade estratégica; e preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à política exterior do Brasil, com ênfase nas operações de paz e ações humanitárias, integrando Forças da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de organismos multilaterais da região (BRASIL, 2012).

Nesse mesmo viés, as Forças Armadas também devem estar preparadas para cumprir Operações de Evacuação de Não Combatentes, que são conduzidas pelo Ministério da Defesa (MD), por solicitação do Ministério das Relações Exteriores

(MRE) ao Presidente da República, e que tem por objetivo a evacuação de não combatentes, preferencialmente brasileiros, fora do território nacional, cujas vidas estejam em perigo (BRASIL, 2013).

Ainda como orientação e parâmetro definido pelo MD, consta no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) que, para a consecução dos objetivos estratégicos de defesa, o Estado brasileiro definiu, em uma perspectiva de longo prazo, a Meta nº 3 do Plano Brasil 2022 nos seguintes termos: “Participar de operações de paz e de ações humanitárias de interesse do País, no cumprimento de mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), com amplitude compatível com a estatura geopolítica do País” (BRASIL, 2012a).

Nesse contexto, o Exército Brasileiro estabeleceu em seu Plano Estratégico 2016-2019 (3ª Edição) a ampliação da projeção do Exército no cenário internacional. Para que seja alcançado este objetivo, devem-se seguir duas ações estratégicas, quais sejam: **preparar forças para atuar em missões de paz e desenvolver as capacidades expedicionária e multinacional** (BRASIL, 2017a. Grifo nosso).

Pode-se citar ainda, nesse mesmo direcionamento, o conteúdo da Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), onde ressalta-se que a Força Terrestre deverá estar preparada para atuar em todo o espectro das relações internacionais – **da situação de paz estável até o extremo da guerra**, passando pelos diferentes níveis de crise internacional - isoladamente ou em conjunto. Sendo assim, essas ações podem envolver a projeção do poder em ações humanitárias, operação de evacuação de não combatentes, em missões de paz ou como Força Expedicionária (BRASIL, 2013a. Grifo nosso).

Dessa forma, observa-se um alinhamento da política e da estratégia de defesa nacional, com a implementação de ações relativas ao emprego de tropa no exterior tomadas pelo Exército Brasileiro (EB), seja em missões de paz ou como força expedicionária, visando contribuir para o nível de prontidão da Força Terrestre, bem como cumprir objetivos da política exterior brasileira.

1.1 PROBLEMA

Durante 13 anos (2004-2017), o Brasil contribuiu com tropas para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Nesse período, diversas Organizações Militares (OM) de diferentes Comandos Militares de Área (C Mi A) contribuíram com frações constituídas e militares isolados para a constituição

dos contingentes brasileiros na missão. Essa rotina trouxe um excelente legado para a Instituição, pois se observou uma evolução doutrinária na Força e um ganho na experiência profissional dos militares.

Com o término da participação brasileira na MINUSTAH e a necessidade de manter a capacidade operacional das tropas, faz-se necessário buscar novos horizontes e definir uma nova linha de ação para o emprego de nossas tropas no exterior, quer seja em missões de paz ou como Força Expedicionária, de forma a permitir a constante evolução do Exército, garantindo o contínuo aprimoramento doutrinário, intelectual e operativo de nossas tropas.

Diante desse cenário, esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

Em que medida a atual situação de prontidão da Força Terrestre para emprego no exterior atende às necessidades de atuação em missões de paz ou como Força Expedicionária?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente estudo teve por finalidade verificar a situação atual da Força Terrestre no tocante à sua prontidão para fazer face ao cumprimento de objetivos de defesa nacional no exterior.

A fim de atingir o objetivo geral acima, foram elencados objetivos específicos que guiaram o propósito do estudo, quais sejam:

- a. Identificar o atual Sistema de Prontidão da Força Terrestre (SISPRON).
- b. Conhecer o Subprojeto Força Expedicionária, implementado no Exército Brasileiro e constante do Plano Estratégico do Exército.
- c. Entender a sistemática de fornecimento de tropas para o Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (*UNPCRS*, sigla em inglês).

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi delimitada pela investigação da sistemática de preparo e prontidão de tropas do Exército Brasileiro para o cumprimento de missões no exterior, quer como Força de Paz ou na condição de Força Expedicionária.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

As missões de paz em que o Brasil participou trouxeram um enorme ganho doutrinário devido ao emprego de nossas tropas em um ambiente de missão real. Permitiram ainda, o aprimoramento do combate em ambientes urbanos, a aquisição de técnicas, táticas e procedimentos neste tipo de operação e o aperfeiçoamento da inerente capacidade do soldado brasileiro de interagir com as populações locais, respeitando as culturas e os costumes, bem como angariando a confiança do povo pelo natural emprego do chamado “*Brazilian Soft Power*” (uso brando da força).

Com o término da participação brasileira na MINUSTAH e a crescente necessidade de manter tropas em condições de serem empregadas no exterior, faz-se necessário definir uma linha de ação para a manutenção do estágio de capacitação da Força já conquistado, bem como seu incremento com novas expertises.

2 METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade apresentar a metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento do trabalho, visando solucionar o problema da pesquisa.

2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa proposta neste trabalho buscou, por meio do uso de diversas fontes, tentar responder o problema de pesquisa e atingir os objetivos de estudo propostos, bem como dar subsídios para uma conclusão acerca das necessidades de capacitar tropas para o emprego em missões no exterior.

Assim, seguindo a Taxionomia de Vergara (2009), por meio de uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental, buscou-se fundamentação teórico-metodológica na investigação e análise de livros, manuais, relatórios, documentos e artigos nacionais e internacionais de acesso livre ao público em geral.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Os universos pesquisados foram, no tocante ao assunto Força Expedicionária, as doutrinas militares de exércitos e coalizões que implementaram modelos de pronta intervenção no exterior. Já no tocante às missões de paz, procurou-se a pesquisa em cima da experiência brasileira e a atual sistemática de prontidão de tropas.

2.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi alcançada por meio da revisão de literatura, realizada utilizando-se a pesquisa bibliográfica e documental em cima de livros, manuais, revistas especializadas, artigos, relatórios, documentos, teses e dissertações relacionadas com o assunto do trabalho.

As conclusões decorrentes das pesquisas bibliográfica e documental permitiram o levantamento de ideias conclusivas e sugestões para o aperfeiçoamento da atual sistemática de prontidão da Força Terrestre para o cumprimento de missões no exterior, bem como a manutenção do estado de capacitação e prontidão das tropas.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

No decorrer do presente trabalho, foi utilizado como método de pesquisa para tratamento dos dados coletados, a análise de conteúdo, que segundo Vergara (2008, p. 15), é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Dessa forma, foram identificados os conceitos, os fundamentos, as legislações e o estágio atual de desenvolvimento da doutrina militar terrestre no tocante ao emprego de tropas no exterior.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

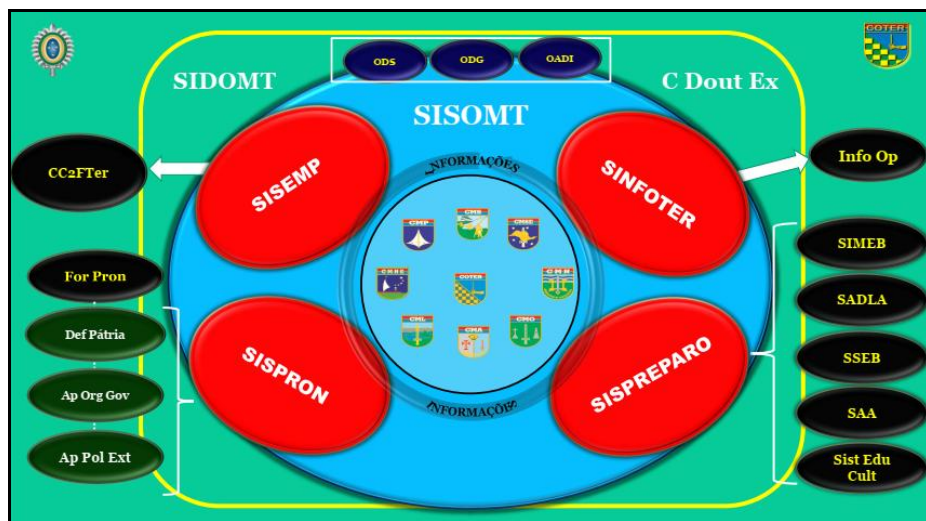
O estudo foi limitado à pesquisa bibliográfica de documentos relacionados aos temas: Sistema de Prontidão da Força Terrestre, Força Expedicionária, Força de Paz e Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (*UNPCRS*).

Finalizando o trabalho, foi realizada a integração de todo material coletado, visando consolidar algumas sugestões do autor perante os fatos abordados, bem como possibilitar a continuidade de estudos detalhados sobre o tema por outros pesquisadores.

3 O SISTEMA DE PRONTIDÃO DA FORÇA TERRESTRE

No contexto do projeto do novo Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT), iniciado em 2015, a ação complementar do Sistema de Prontidão da Força Terrestre (SISPRON) tem por objetivo planejar, coordenar e controlar, em estreita ligação com o Sistema de Preparo (SISPREPARO) e os C Mi A, a manutenção do nível de adestramento “preparação completa” atingido pelas forças selecionadas, disponibilizando tropas com capacidades plenamente desenvolvidas para requisições oriundas do Sistema de Emprego da Força Terrestre (SISEMP). Essas requisições podem ser destinadas ao emprego de tropa no País ou no exterior.

Figura 1: Estrutura do SISOMT



Fonte: Palestra da Reunião de Coordenação Doutrinária do C Dout Ex (2015).

A Ação Complementar SISPRON engloba, ainda, a adequação e experimentações doutrinárias de uma Força Expedicionária (para emprego de tropa no exterior) e de Forças de Prontidão (FORPRON).

A visão inicial das FORPRON está baseada na necessidade de se possuir efetiva prontidão, traduzida por um grupamento de forças, com ciclo específico de preparo, de natureza e efetivos compatíveis para atender às necessidades do País, nas capacidades necessárias às hipóteses estipuladas pelos marcos legais.

Cabe ainda ao SISPRON, planejar a distribuição dos materiais de emprego militar (MEM) priorizando a geração dos sistemas integrantes das funções de

combate para permitir, o mais cedo possível, o planejamento do ciclo de preparo de Forças de Prontidão (FORPRON).

Atualmente, de acordo com diagnóstico realizado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), o ano de instrução seguido por todas as Organizações Militares (OM) do Exército tem priorizado o Efetivo Variável, em detrimento do Efetivo Profissional, ocasionando uma dificuldade da Força Terrestre em alcançar um permanente estado de prontidão, pois todo ano renova-se o Efetivo Variável, iniciando-se novo ciclo de preparo básico, de qualificação e adestramento.

Um dos resultados pretendidos pelo Novo Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) é aumentar a capacidade de pronta resposta da Força, por meio da implantação da geração de forças por capacidade, contando para isso com tropas em estado de prontidão.

Para que esse resultado seja alcançado, o EB necessita adequar, sistematizar e aperfeiçoar o preparo da Força, principalmente aquele destinado ao cumprimento de missões no exterior, priorizando a instrução do Efetivo Profissional, adequando o adestramento face às hipóteses de emprego como Força Expedicionária ou Força de Paz e definindo as tropas mais aptas para o cumprimento dessas missões.

4 FORÇA EXPEDICIONÁRIA

4.1 CONCEITOS

De acordo com o glossário das Forças Armadas, o conceito de força expedicionária refere-se a uma força militar organizada e destinada a realizar, na sua área de responsabilidade, as operações necessárias à consecução das missões a ela atribuídas, fora do território nacional (BRASIL, 2007).

Conforme o manual de Doutrina Militar Terrestre (DMT), a projeção de Força é a capacidade de empregar o poder militar em um determinado lugar, com oportunidade, para levar a efeito uma operação militar em defesa dos interesses nacionais. Isto implica na necessidade de se possuir uma **Força Expedicionária**, sustentável, com o apoio logístico adequado para durar na ação por um período prolongado (BRASIL, 2014a. Grifo nosso).

Para atingir esse nível, faz-se necessária a conjunção de três capacidades operativas que permitirão à Força atuar com pronta resposta estratégica, chegando pronta para combater, no amplo espectro dos conflitos, com elementos operativos dotados de poder de fogo, letalidade seletiva e que possuam como características: flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (FAMES). Essas capacidades são as seguintes: **Mobilidade Estratégica, Prontidão e Suporte à projeção de força** (BRASIL, 2014. Grifo nosso).

Define-se como Mobilidade Estratégica, a capacidade de transportar uma força em grandes distâncias, proporcionando velocidade de intervenção e flexibilidade de emprego entre áreas estratégicas diferentes do território nacional e do entorno estratégico (BRASIL, 2014).

Figura 2: Capacidade de mobilidade estratégica



Fonte: Catálogo de Capacidades do Exército.

Outra capacidade requisitada para fins de pronta resposta é o estado de Prontidão, definido pela condição de uma força ser capaz de, em curto espaço de tempo, estar em condições de ser empregada no cumprimento de missões, valendo-se de seus próprios recursos orgânicos e meios disponibilizados (BRASIL, 2014).

O Suporte à Projeção de Força é a qualidade de ser capaz de planejar, gerir e executar eficazmente o movimento, o transporte e a distribuição de recursos a partir de suas bases até o seu destino final. Inclui todas as atividades relacionadas ao manejo, desde bases em território nacional até pontos de embarque e destes até a região onde a força irá cumprir sua missão (BRASIL, 2014).

Do mesmo modo, o manual de Força Terrestre Componente (FTC), descreve que as operações militares fora do território nacional demandam a constituição de uma Força Expedicionária a ser empregada em ambiente multinacional ou isoladamente. Para o emprego expedicionário, o Comando do Exército propõe as capacidades a serem consideradas na organização da FTC, de acordo com a região e o contexto na qual a missão estiver inserida (BRASIL, 2014b).

Essas capacidades mencionadas no parágrafo anterior estão diretamente relacionadas com os conceitos existentes no manual de Doutrina Militar Terrestre, o qual conceitua capacidade como a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. Dessa forma, a capacidade de uma força é obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI.

De acordo com o manual de Doutrina Militar Terrestre, destaca-se o que define cada fator:

- a) **Doutrina** – este fator é base para os demais, estando materializado na Base Doutrinária da fração, que considera a gama de missões, atividades e tarefas que essa Unidade irá cumprir, em operações.
- b) **Organização (e Processos)** – é expressa por intermédio da Estrutura Organizacional dos elementos de emprego da fração.
- c) **Adestramento** – compreende as atividades de preparo obedecendo a programas e ciclos específicos, incluindo a utilização de simulação em todas as suas modalidades: virtual, construtiva e viva.
- d) **Material** – compreende todos os materiais e sistemas, acompanhando a evolução de tecnologias de emprego militar e com base na prospecção tecnológica. É expresso pelo Quadro de Distribuição de Material dos elementos de emprego e inclui as necessidades decorrentes da permanência e sustentação das funcionalidades desses materiais e sistemas, durante todo o seu ciclo de vida.

e) **Educação** – compreende todas as atividades continuadas de capacitação e habilitação, formais e não formais destinadas ao desenvolvimento dos integrantes da força quanto à sua competência individual requerida. Essa competência deve ser entendida como a capacidade de mobilizar, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências, para decidir e atuar em situações diversas. Dentre essas competências, ressalta-se o desenvolvimento da Liderança Militar, fator fundamental na geração das capacidades.

f) **Pessoal** – abrange todas as atividades relacionadas aos integrantes da força, nas funcionalidades: dotação e preenchimento de cargos, higidez física, avaliação, valorização profissional e moral. É uma abordagem sistêmica voltada para a geração de capacidades, que considera todas as ações relacionadas com o planejamento, a organização, a direção, o controle e a coordenação das competências necessárias à dimensão humana da Força.

g) **Infraestrutura** – engloba todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte à utilização e ao preparo dos elementos de emprego, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento a requisitos de exercício funcional (BRASIL, 2014a).

Figura 3: Fatores determinantes da geração de capacidades



Fonte: Manual de Doutrina Militar Terrestre.

A Força Expedicionária deverá ser adestrada e estar apta para ser empregada nas operações de amplo espectro. Ela deverá estar preparada para atuar, isoladamente ou em conjunto/combinada, sob a égide de organizações internacionais ou para salvaguardar interesses nacionais.

Dentro desse contexto, e de acordo com a nova DMT, as operações no amplo espectro são sublinhadas pela combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências, ocorrendo em situação de guerra e de não guerra, como emprego de um conjunto interdependente de forças capazes de explorar a iniciativa, aceitar riscos e criar oportunidades para alcançar resultados decisivos (BRASIL, 2017c).

Figura 4: Conceito Operativo do Exército



Fonte: Manual de Operações.

Para isso, baseia sua organização em estruturas com as características de **flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade**, que permitem alcançar resultados decisivos nas Operações no Amplo Espectro, com prontidão operativa, e com capacidade de emprego do poder militar de forma gradual e proporcional à ameaça (BRASIL, 2017d).

Em síntese, as Forças Armadas Brasileiras, e em particular o Exército Brasileiro, deverá estar pronto para projetar uma Força Expedicionária em qualquer canto do mundo, com capacidades adequadas à missão a ser cumprida, devendo conseguir atuar no amplo espectro das operações.

4.2 HISTÓRICO DE EMPREGO

A mais famosa atuação brasileira como Força Expedicionária foi a que participou da 2ª Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), quando o país enviou cerca de 25.000 militares à Europa para combater o nazifascismo.

A criação da Força Expedicionária Brasileira foi motivada pelo clamor popular brasileiro por uma participação efetiva do Brasil no esforço de guerra Aliado na Segunda Guerra Mundial (2ª GM), tendo em vista o torpedeamento de navios brasileiros pelo exército alemão. Na época, a Força Terrestre era hipomóvel e tinha seu emprego alicerçado na doutrina militar francesa. A mobilização da FEB

representou uma grande reorganização da instrução de quadros, material e doutrina nos moldes do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) (SOUZA, 2015).

Porém, por diversas razões de ordem política e operacional (internas e com o governo americano), **somente quase dois anos depois**, em 2 de julho de 1944, teve início o transporte rumo ao *front* do primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira, sob o comando do General Zenóbio da Costa.

Em agosto de 1943, uma Portaria Ministerial estabeleceu as primeiras normas de estruturação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), seguida de outras ordens voltadas para a preparação técnica e tática principalmente dos Oficiais, sendo que as tropas do Exército Brasileiro iniciaram a sua concentração, na cidade do Rio de Janeiro, somente a partir de 21 de janeiro de 1944.

Resolvido o problema da concentração das tropas a serem empregadas, as atenções voltaram-se à instrução e ao adestramento dos militares brasileiros. A preparação técnica e tática da 1ª DIE foi encarada pelo chefe expedicionário em dois ciclos bem diferentes: um treinamento inicial, modelado na instrução individual a ser concluído em dezembro de 1943; e um desenvolvimento geral da instrução, abarcando dois períodos e objetivando o emprego das unidades constituídas (RODGERS, 2016).

O adestramento das tropas da FEB, no Brasil, seguiu até junho de 1944, quando foi informado oficialmente a probabilidade de embarque para a Europa. Muitos óbices foram observados na preparação de tropas para a atuação na 2ª GM, podendo ser citados, entre eles, a seleção de pessoal (seleção física e seleção de especialistas), a concentração das tropas e materiais a serem utilizados e o adestramento dessas tropas (RODGERS, 2016).

O EB tinha precariedade em relação à material moderno de guerra. Toda a sua organização tática era antiquada. Fato que fez com que as potências aliadas considerassem as tropas brasileiras como forças de segunda classe.

O EB, que havia baseado seus regulamentos e processos de combate nos princípios franceses, precisou reorganizar sua nova Divisão de Infantaria aos moldes do exército estadunidense.

Houve grandes dificuldades na preparação do efetivo, devido ao material até então desconhecido pelos militares brasileiros, e também pela escassez de armamentos e outros materiais.

Naquele período, a Aeronáutica estava apenas começando a se modernizar, com a aquisição de aviões de fabricação americana. A Marinha do Brasil (MB) tinha uma série de embarcações obsoletas, pouco aptas à guerra submarina de então (modalidade de combate que mesmo as modernas marinhas britânica, americana e soviética só se adequariam a partir do final de 1942, início de 1943). Além de igualmente mal equipado, o Exército carregava ainda uma filosofia elitista arcaica e focada em reprimir movimentos políticos internos, que pouco havia mudado desde o século XIX, necessitando modernizar seus métodos de treinamento para o combate externo e sua filosofia de ação.

Já no Teatro de Operações europeu, as primeiras semanas foram ocupadas se aclimatando ao local, assim como recebendo o mínimo equipamento e treinamento necessário, sob a supervisão do comando americano, ao qual a FEB estava subordinada.

A tropa orgânica da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) tipo estadunidense, era formada por:

- 3 Regimentos de Infantaria,
- 3 Grupos de Artilharia 105,
- 1 Grupo de Artilharia 155,
- 1 Batalhão de Engenharia,
- 1 Esquadrão de Reconhecimento,
- 1 Batalhão de Saúde,
- 1 Companhia de Quartel-General,
- 1 Companhia de Intendência,
- 1 Companhia de Transmissões,
- 1 Companhia de Manutenção,
- 1 Pelotão de Polícia,
- 1 Banda de Música,
- 1 Destacamento de Saúde, e
- 1 Pelotão de Sepultamento.

Dessa forma, pode-se inferir parcialmente que a preparação no Brasil demonstrou ser deficiente, apesar dos quase 2 anos de intervalo entre a declaração de guerra e o envio das primeiras tropas a frente.

4.3 MODELOS INTERNACIONAIS

A seguir serão apresentados alguns exemplos de modelos internacionais de preparação de tropas como Forças Expedicionárias, de forma a fazer um paralelo

com exércitos profissionais e experientes, bem como levantar ideias e necessidades para o modelo brasileiro.

4.3.1 Espanha

As Forças Armadas da Espanha trabalham com um ciclo de Instrução/Adestramento de 2 (dois) anos, divididos a cada 6 (seis) meses. No primeiro ano, ocorre a fase de Preparação I, na qual a tropa realiza atividades no nível da formação e qualificação, terminando com a fase de Preparação II, na qual é realizado um exercício nível Brigada com execução nível Batalhão.

Na 3ª fase, chamada de Resposta Imediata, são realizados exercícios que capacitam todos os sistemas em um ambiente de Grupo Tático, deixando a tropa em condições de ser disponibilizada para o Chefe do Estado-Maior da Defesa.

Na 4ª fase, chamada de Alta Disponibilidade, é quando a unidade permanece disponível para ser empregada em missões em um ambiente OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e no âmbito da União Europeia, ou seja, ela está disponível para o Ministério da Defesa Espanhol cumprir com suas obrigações internas e externas no cômputo da defesa.

Figura 5: Ciclo de disponibilidade de 24 meses



Fonte: Relatório sobre o seminário de Força Expedicionária

Observa-se que após a preparação II, que é a nível Unidade e Brigada, ocorrerá uma certificação. Dentro deste conceito e sistemática, a Espanha sempre possui uma Brigada, dentro das 8 (oito) existentes, em condições de ser empregada fora do território nacional.

4.3.2 França

Na França, a Força Expedicionária é uma força apta a atuar fora do território francês dentro de um contexto de emergência/urgência. É na prática, um dispositivo de alerta das forças armadas, chamado de *L'Echelon National d'Urgence (ENU)*, o que permite ao País dispor de uma capacidade de reação às crises nacionais ou internacionais de forma rápida e autônoma.

No âmbito do Exército, essa força é denominada de dispositivo **Guépard**. Esse dispositivo foi concebido para atuar de forma conjunta e seguindo a concepção modular de organização da própria força terrestre francesa. Portanto, o conceito de Força Expedicionária na França, envolve a participação das 3 (três) Forças Armadas.

Nesse contexto, existem três níveis de estado de alerta: 2 (dois) dias; 5 (cinco) dias ou 10 (dez) dias, seguindo as normas da OTAN.

No nível 1, essa Força Expedicionária Conjunta (F Expd Cj) é composta de 750 militares. O Exército francês destaca 1 (um) Batalhão, 1 (um) Destacamento de helicópteros, e outros elementos. As missões que essa Força tem condições de cumprir são: domínio de ponto de entrada, reforço emergencial de dispositivo e limitada evacuação de nacionais.

No nível 2, essa F Exp Cj é composta de 2.300 militares. Ela tem condições de operar de forma autônoma, num prazo de 7 (sete) dias e em até 3.000 Km. Além de 3.000 Km, deverá ter uma base de apoio logístico pré-posicionada. Nessa situação, essa Força se sustenta por 3 (três) meses. As missões que essa força tem condições de cumprir são: o domínio e controle de um setor, extração ou apoio a uma força e a evacuação de nacionais.

No nível 3, essa F Exp Cj é composta por 5.000 militares. Ela tem condições de operar de forma autônoma, num prazo de 30 (trinta) dias e em até 3.000 Km. Além de 3.000 Km, deverá ter uma base de apoio logístico pré-posicionada. Nessa situação, essa Força se sustenta por 6 (seis) meses. As missões que essa força tem condições de cumprir são: ações de controle multimeios e ações limitadas de proibição, imposição e ataques.

O Exército francês, por intermédio do dispositivo *Guépard*, é capaz de apresentar uma resposta imediata às ameaças em prazo máximo de 12 horas ou uma resposta rápida de 48 horas a 9 dias, segundo a doutrina vigente.

O *Guépard* possui uma concepção igualmente modular. A modularidade da Força terrestre francesa é um conceito já consagrado e precisa ser considerado sempre que for necessário compreender a maneira de atuação do Exército. Esse dispositivo foi concebido para mobilizar/engajar aproximadamente 5.000 militares.

O dispositivo está articulado em 5 (cinco) escalões: escalão de urgência, escalão de decisão, escalão de comando, escalão de apoio e escalão logístico.

O escalão de urgência é composto basicamente por tropa nível unidade, tipo batalhão de infantaria misto, tropas aerotransportadas e tropas motorizadas, reforçado por elementos de apoio e de inteligência, inclusive contando com um módulo de ressuprimento por via aérea. Esse escalão atende aos níveis de alerta de 12 a 72 horas.

O escalão de decisão possui um nível brigada de infantaria blindada/mecanizada sobre veículos de combate blindados de infantaria, reforçada por unidades de apoio de inteligência e bateria antiaéreas. Atende ao nível de 5 (cinco) dias.

4.3.3 Estados Unidos da América

O Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos determinou que o Exército componente de cada Comando Militar Geográfico (GCC) estabelecesse uma Força de Resposta a Contingência (FRC). Deste modo, cada 1 (um) dos 6 (seis) Exércitos regionalmente alinhados criou sua FRC, mantendo-a operacionalmente pronta, desde outubro de 2013. A maioria dos Exércitos devotou uma fração valor Companhia até Batalhão, que pode receber os apoios necessários, de acordo com a missão, e em condições de ser empregada em 18 (dezoito) horas. De acordo com os meios disponíveis no GCC, a FRC pode receber meios de outros serviços, evoluindo para uma Força de Reação Conjunta e aumentando a capacidade operativa para atuar em operações de amplo espectro.

Além das FRC regionais, o Exército dos Estados Unidos possui 1 (uma) divisão permanente, sediada na Coreia do sul e a Força de Resposta Global, composta por uma Brigada de Infantaria da 82ª *Airborne Division*, mais reforços, pronta para ser empregada em situações de crise, em qualquer parte do mundo, com curto prazo de reação.

4.3.4 Reino Unido

O Exército do Reino Unido está estruturado em 3 (três) partes: a Força de Reação, que se traduz pela tropa de pronto emprego e ação expedicionária; a Força Adaptável, 1 (uma) divisão composta por 7 (sete) Brigadas de Infantaria e 1 (uma) Brigada Logística; e o Comando de Tropas da Força, que será constituído de 1 (uma) Brigada de Artilharia, 1 (uma) Brigada de Engenharia, 2 (duas) Brigadas de Sinais, 1 (uma) Brigada Logística, 1 (uma) Brigada Médica, 1 (uma) Brigada de Inteligência, Reconhecimento e Vigilância e 1 (um) Grupo de Assalto e Segurança. Essas tropas apoiarão a Força de Reação e as Forças Adaptáveis.

A Força de Reação é a tropa de pronto emprego e ação expedicionária por natureza do Reino Unido, para emprego do *hardpower* em operações convencionais ou híbridas.

Esta Força está composta por 3 (três) Brigadas de Infantaria Blindada, uma mistura de cavalaria e infantaria blindada, 1 (uma) Brigada Logística e pela Brigada de Assalto Aéreo, com mistura única de Batalhões de Pára-quedistas e de helicópteros de ataque Apache, subordinada ao Comando Conjunto de Helicópteros. Montada com elevada prontidão para intervenções no exterior, atuará contra adversários convencionais e híbridos.

As 3 (três) Brigadas Blindadas serão constituídas por regimentos e batalhões de cavalaria blindados, num total de 5 (cinco) para cada Bda, além da reserva. Trabalharão em ciclos de 36 (trinta e seis) meses, sendo 1 (um) ano de treinamento e cursos de carreira individuais, seguido de 1 (um) ano de treinamento coletivo e 1 (um) ano de prontidão para emprego.

A Brigada de Assalto Aéreo era apenas dois ciclos (treinamento e prontidão), com metade da Brigada sempre em condições de pronto emprego. Sendo assim, esta Força estará com a mais alta capacidade de reação, a fim de atender a qualquer ameaça emergente.

A Brigada Logística será constituída com elementos de saúde, engenharia, transporte e de manutenção.

4.3.5 Rússia

A Força Expedicionária Russa é a Força Aeroterrestre. Ela é constituída por tropas de pronto emprego, com alta mobilidade e capacidade de manobra, sendo destinada às ações estratégicas de combate num Teatro de Operações (TO) no

território nacional russo ou no exterior. Essa força é subordinada ao Comandante das Tropas Aeroterrestres, não integrando o Exército Russo.

Essa Força Aeroterrestre é composta por 5 (cinco) Divisões, Brigadas, Regimentos, Unidades de Forças Especiais e Unidades de Apoio, dos seguintes tipos: paraquedistas, assalto aeromóvel, artilharia de campanha, defesa antiaérea, reconhecimento, forças especiais, comunicações, guerra eletrônica, engenharia de combate, DQBN, logística material e logística de pessoal.

4.4 O SUBPROJETO FORÇA EXPEDICIONÁRIA

O subprojeto Força Expedicionária (F Expd) foi originado de uma diretriz do Estado-Maior do Exército ao Comando de Operações Terrestres, dentro do programa de modernização das Forças Armadas, iniciado em 20 de setembro de 2013, que tinha como objetivo: Constituir uma F Expd, valor Unidade (U), podendo evoluir para Brigada (Bda), destinada a emprego fora do Território Nacional, pertencente ao sistema de prontidão da Força Terrestre.

Dentro desse escopo, foram realizados vários seminários e reuniões com os Comandos Militares de Área. Atualmente, de acordo com a Concepção Estratégica do Exército, a 1ª Divisão Expedicionária é o Grande Comando Operativo que possui a especificidade de Força Expedicionária.

Os cenários prováveis de atuação desta F Expd levantados pela Política Nacional de Defesa e pelo Estado-Maior do Exército são os seguintes:

Conflitos armados intraestados (América do Sul), conflitos armados na África Ocidental e nos países pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e atuação sob a égide de Organismos Internacionais (América do Sul, África Subsaariana, norte da África, Oriente Médio, América Central e Caribe, Ásia Central, Sudeste Asiático e Oceania) (BRASIL, 2012b).

Figura 6: Principais conflitos atuais

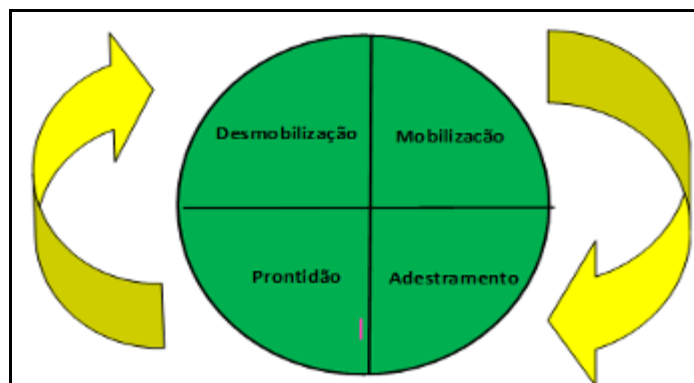


Fonte: *Global Conflict Tracker*

Os prováveis cenários de emprego na avaliação do Estado-Maior do Exército são os seguintes: Evacuação de Não Combatentes (ENC), resguardando a integridade física de nacionais no exterior (defesa dos interesses nacionais); atendimento por parte do Brasil dos compromissos internacionais, compondo uma Força Multinacional, por exemplo (neste caso, relacionado com a Segurança Internacional); e atendimento por parte do Brasil dos compromissos internacionais já acordados (ONU, OEA, etc.), relaciona-se intrinsecamente com a manutenção da paz.

Dentro da concepção do projeto, para se ter uma Unidade em prontidão, deverão existir mais 3 (três) Unidades cumprindo o Ciclo de Geração de Força de 24 (vinte e quatro) meses, sendo 6 (seis) meses destinados à mobilização, 6 (seis) meses para o adestramento, 6 (seis) meses de prontidão/emprego e 6 (seis) meses para a desmobilização.

Figura 7: Ciclo de preparo e prontidão da F Expd



Fonte: Palestra do subprojeto F Expd

De acordo com esse ciclo, haverá a necessidade de ser realizado um rodízio entre os Comandos Militares de Área, que fornecerão a capacitação operativa e conduzirão a mobilização, a preparação, a prontidão e a desmobilização de cada Força, tal como ocorreu com os contingentes brasileiros empregados no Haiti, quando as Brigadas ficavam encarregadas da coordenação e do preparo dos Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) que seriam desdobrados e empregados no Haiti.

A previsão das atividades do subprojeto para o ano de 2018, conta com o início do projeto piloto. Para o período de 2018 a 2020, a tendência do projeto piloto é de se desenvolver apenas com 1 Batalhão de F Expd. Em 2020, está previsto a realização de reajustes no projeto, para que em 2021 seja dado início ao ciclo efetivo de prontidão de uma Força Expedicionária. Todos esses prazos estão vinculados ao aporte de recursos que forem destinados ao subprojeto, podendo haver alterações.

Pode-se concluir parcialmente, que a efetiva implantação da Força Expedicionária permitirá aumentar a capacidade do País de atendimento aos interesses nacionais, apoio à política externa brasileira, bem como o aumento da projeção do Brasil no cenário internacional, incrementando a capacidade dissuasória das Forças Armadas.

No âmbito das Forças Armadas, e particularmente do Exército Brasileiro, contribuirá para ampliação da capacidade militar, notadamente no tocante à Doutrina e ao Adestramento; permitirá o aumento do nível de adestramento das tropas, pois a F Expd é um componente das FORPRON (Forças de Prontidão); e ainda aumentará o adestramento nas atividades de Mobilidade Estratégica, imprescindível num País de dimensões continentais como o Brasil. Isto posto, estará utilizando de forma eficiente e judiciosa os recursos alocados pela Nação ao seu Exército.

5 FORÇA DE PAZ

5.1 CONCEITOS

De acordo com o glossário das Forças Armadas, conceitua-se Força de Paz:

O contingente de forças navais, terrestres e aeroespaciais, proporcionada por Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais, desde que esgotadas todas as medidas para a solução pacífica de controvérsias entre nações, de acordo com os propósitos e os princípios desta organização (BRASIL, 2007).

Segundo Costa (2014), as Forças de Paz são tropas militares inseridas em Operações de Paz, com constituição variável e mandato específico dentro de uma missão de manutenção ou imposição da paz, podendo ser empregada sob a égide da ONU ou de alguma outra organização internacional.

O conceito de “operações de paz” foi criado tão logo a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada, consequência da necessidade de assegurar a paz e a segurança internacionais no período pós-II Guerra Mundial.

As operações de paz evoluíram de relativamente pequenas operações militares para operações complexas, multidimensionais, empregando tanto pessoal militar quanto civil, devidamente engajados em numerosas e diversificadas atividades de preservação da paz.

A participação nos processos de paz, sob a égide de organismos internacionais, constitui-se em excelente oportunidade para incorporação de enriquecedora experiência militar que, devidamente aproveitada e difundida, revelar-se-á fator de fundamental importância para a melhoria da capacitação da Força Terrestre e dos seus níveis de motivação e profissionalismo (COSTA, 2014).

Em resposta aos dinâmicos desafios enfrentados, principalmente, ao término da Guerra Fria, o Secretário-Geral da ONU expediu “Uma Agenda para a Paz”, publicada em 1992, na qual definiu quatro conceitos básicos, essenciais para o gerenciamento da paz e da segurança internacionais: Diplomacia Preventiva, Estabelecimento da Paz, Manutenção da Paz e Consolidação da Paz (BRASIL, 2013a).

No manual de Operações de Manutenção da Paz, esses conceitos são assim definidos:

A Diplomacia Preventiva (*Preventive Diplomacy*) é o conjunto de medidas destinadas a evitar o surgimento ou acirramento de controvérsias entre duas ou mais partes. Basicamente, engloba a consolidação da confiança, por intermédio do intercâmbio de missões diplomáticas e militares, troca de

informações, supervisão de acordos regionais sobre armamentos, e a investigação de fatos, permitindo o conhecimento preciso e oportuno dos mesmos.

Entende-se como Estabelecimento da Paz (*Peace-making*) o processo destinado à obtenção de acordos que extingam a confrontação e possibilitem a solução das motivações que originaram o conflito. Normalmente, é desencadeado por intermédio da diplomacia, mediação, negociação e outras formas de acordo político.

A Manutenção da Paz (*Peace-keeping*), constitui-se no emprego de pessoal militar, policial e civil para auxiliar na implementação de acordos de cessação de hostilidades celebrados entre as partes em litígio. Os seus princípios básicos são: o consentimento das partes, a imparcialidade, o uso mínimo da força limitado à auto-defesa, e o caráter voluntário da participação dos Estados-Membros (BRASIL, 1998).

A Consolidação da Paz (*Peace-building*) consiste de ações posteriores a um conflito conseqüente da confrontação entre Estados, ou no âmbito de um Estado, destinadas a consolidar a paz, a fim de evitar o ressurgimento das controvérsias. Normalmente, envolvem projetos que contribuem não apenas para o desenvolvimento sócio-econômico, mas também para incrementar a confiança e a interação entre antigas facções inimigas (BRASIL, 1998).

Cabe destacar que o gerenciamento de crises e conflitos após o término da confrontação Este-Oeste impôs ao Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas a adoção de outros conceitos básicos adicionais àqueles enunciados em “Uma Agenda para a Paz”. São eles: “Imposição da Paz”, “Proteção de Operações Humanitárias”, “Sanções” e “Desarmamento” (BRASIL, 1998).

A Imposição da Paz (*Peace-enforcement*) reveste-se de maior importância, pois são medidas desencadeadas por intermédio do emprego de forças militares que se destinam a restaurar a paz ou estabelecer condições específicas em uma área de conflito ou tensão, onde as partes envolvidas (ou uma delas) não consentem com a intervenção e estejam engajadas em confrontação bélica. O emprego da força é respaldado pelo prescrito no Capítulo VII da Carta da ONU e se fará contra a facção ou facções que insistam na violação da paz. As medidas de “imposição da paz” poderão implicar no desencadeamento de operações de combate para a consecução de seus objetivos (BRASIL, 1998).

Observa-se nesse tipo de missão a necessidade de atribuir maiores capacidades de combate à Força de Paz, tais como numa Força Expedicionária.

A participação do Brasil em Operações de Manutenção de Paz remonta a datas anteriores à criação da ONU. De fato, mesmo não fazendo parte da Liga das Nações desde 1926, o Brasil teve papel fundamental, na década de 30, na mediação no “Conflito de Letícia”, entre Colômbia e Peru. Já na fase inicial da vida da ONU, o Brasil participou com diplomatas e observadores militares na Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), na porção meridional da Europa, criada

para monitoramento fronteiro em face das tentativas de intervenção da Albânia, Bulgária e Iugoslávia na guerra civil grega.

O primeiro envio de tropas a um país estrangeiro teve início em 1956, com a participação na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), criada para evitar conflitos entre egípcios e israelenses e pôr fim à Crise de Suez.

Ao todo, o Brasil já participou de aproximadamente 50 missões das Nações Unidas, tendo enviado cerca de 50 mil militares ao exterior. Atualmente, o Brasil mantém observadores militares e oficiais de Estado-Maior em missões no Chipre, na República Centro-Africana, no Saara Ocidental, na República Democrática do Congo, na Guiné Bissau, no Sudão e no Sudão do Sul.

Desde 2011, as Forças Armadas brasileiras estão no comando da missão de paz da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), onde mantém um navio e uma aeronave orgânica na costa libanesa com o objetivo de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos naquele país, além de contribuir para o treinamento da Marinha libanesa, de modo que possa conduzir suas atribuições de forma autônoma.

O maior caso de sucesso do Brasil em missões de paz foi na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), onde durante 14 anos (2004 – 2017), desde sua criação, somente Oficiais-Generais brasileiros comandaram o Componente Militar, tendo o Brasil contribuído com um total de 37,5 mil militares, entre homens e mulheres das mais diversas especialidades, cujos profissionalismos, métodos e facilidade no trato pessoal elevaram a figura do soldado brasileiro no cenário mundial.

5.2 A PREPARAÇÃO DE TROPAS NO SISTEMA UNPCRS

A Organização das Nações Unidas (ONU) criou um Sistema de Pronto Emprego de Organizações Militares denominado *United Nations Standby Arrangements System (UNSAS)*. Para esse sistema, os Estados-Membros colocam à disposição da ONU tropas militares e pessoal especializado (observadores militares, oficiais de estado-maior, dentre outros) para serem empregados em Missões de Paz sob a égide daquela organização (BRASIL, 2015a).

Em 2015, o UNSAS foi substituído pelo Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (*United Nations Peacekeeping*

Capabilities Readiness System - UNPCRS), com o intuito de estabelecer um processo mais dinâmico entre o Quartel-General da ONU em Nova York e seus Estados-Membros, de modo a assegurar uma prontidão adequada da Organização Militar de Força de Paz em Prontidão (OM F Paz/P) disponibilizada à organização e permitir que seu desdobramento na área da missão possa ocorrer em tempo hábil para atuar de forma eficiente e eficaz.

As informações proporcionadas ao UNPCRS permitem à ONU inventariar as capacidades que poderia, em princípio, dispor para mobilizar suas forças de paz, quais sejam: unidades militares/pessoal especializado ou não, unidades policiais, embarcações, aeronaves, capacidade e/ou ofertas de desenvolvimento de capacidades específicas, equipamentos e assessoria em treinamento.

A estrutura do *UNPCRS* está disposta em três “Níveis Convencionais” e um Nível de Desdobramento Rápido, em que se encontram listadas as capacidades e os recursos que os Estados-Membros colocam à disposição da ONU, a saber:

1) Nível 1 - O Estado-Membro indica as capacidades ofertadas em seu compromisso de participar do *UNPCRS*, por meio da inserção de dados a seguir listados no *link* da Força das Nações Unidas, ou por nota verbal, na indisponibilidade do sistema *on-line*:

- informação do tipo de capacidades ofertadas;
- Estrutura Organizacional (*Table of Organization*);
- Tabela de Organização do Pessoal, com os respectivos detalhes funcionais/capacidades;
- relação dos equipamentos de grande porte e de autossustento (*List of Major and Self Sustainment Equipment*) que se inserem no Quadro de Dotação de Material da OM F Paz/P;
- certificação que completou o treinamento básico da OM F Paz/P e do respeito aos direitos humanos;
- limitações às regras de engajamento, ao emprego ou outras que se façam necessárias listar (*caveats*), se houver; e
- vinculação ao compromisso de suas capacidades ao emprego em uma ou mais missões em curso, se for o caso.

2) Nível 2 - com base no tipo de compromisso assumido pelo Estado-Membro e nas necessidades e expectativas de tropas para missões de paz consideradas

pela ONU, as seguintes tarefas serão tomadas a efeito junto ao país para sua inclusão no Nível 2:

- visita de uma equipe da ONU para avaliar a situação da capacidade oferecida quanto ao pessoal, à disponibilidade de equipamento de grande porte e de autossustento, assim como o padrão de treinamento alcançado; e

- execução de um processo preliminar de memorando de entendimento (*MOU*, sigla em inglês) genérico que define a estrutura organizacional e a relação dos equipamentos de grande porte e de autossustento, em caráter amplo, não específico a uma determinada Op Paz.

3) Nível 3 - Após ter passado na avaliação do Nível 2, é realizada uma negociação detalhada do *MOU*, por meio do qual o Estado-Membro firma o compromisso de que terá condições de cumprir os prazos estabelecidos para o desdobramento da Força na área de operações, caso venha a aceitar a participação em Mis Paz. Neste momento será entregue a Relação de Carga (*Cargo Load List*) constando os itens que compõem os equipamentos de grande porte e de autossustento que deverão ser embarcados, conforme formato estabelecido pela Seção de Controle de Movimento (*MOVCON*, sigla em inglês).

4) Nível de Desdobramento Rápido (*Rapid Deployment Level - RDL*): depois de alcançado o Nível 3, os Estados-Membros podem manifestar o interesse em dispor suas capacidades dentro de 30/60/90 dias, de acordo com o requerido pela ONU. A inclusão no *RDL* permitirá, dentro do contexto desse nível, uma bonificação de reembolso diferenciada, após seus desdobramentos. As OM disponibilizadas ao *UNPCRS* permanecem em seus países aptas ao emprego em outras missões sob o comando do Estado-Membro, com a preparação e o treinamento direcionado ao cumprimento de uma missão de paz. Tais OM poderão ser requisitadas pelo Secretário-Geral da ONU e, se aprovado seu emprego pelo país, poderão ser desdobradas para estabelecerem novas missões ou reforçarem as já existentes.

A fim de atender as novas demandas de prontidão das Nações Unidas, foi assinada a Portaria nº 300-EME, de 9 NOV 15, que versa sobre a diretriz para a seleção, a estruturação e o preparo de Organizações Militares de Força de Paz colocadas à disposição do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas, tendo o Exército Brasileiro, após análise de cenários prospectivos das operações de paz e tendências visualizadas pelo Departamento de

Operações de Paz da ONU de outras formas de contribuição, definido que manterá em caráter mínimo e permanente preparo no âmbito da Força Terrestre:

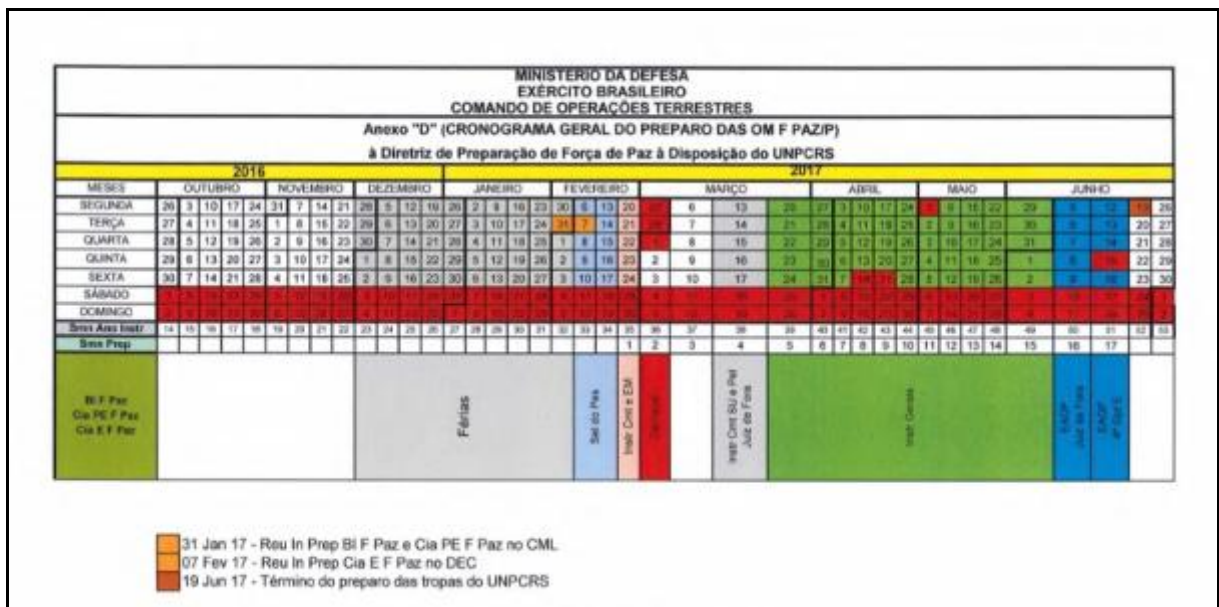
- 01 Batalhão de Infantaria de Força de Paz
- 01 Companhia de PE de Força de Paz ou 01 Cia Segurança/Guarda F Paz
- 01 Cia Engenharia de Força de Paz

O objetivo do Estado Brasileiro, com base no tipo de compromisso assumido e nas necessidades e expectativas de tropas para missões de paz consideradas pela ONU, é que as tropas colocadas à disposição do UNPCRS sejam incluídas no Nível 2 de prontidão.

Em 2017, o Comando Militar do Leste foi selecionado para a geração de força do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas, tendo designado a 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha), como a Grande Unidade (GU) base para a condução desse preparo específico.

O preparo das tropas teve início em fevereiro de 2017 e se encerrou em 19 de junho de 2017, totalizando 17 semanas.

Figura 8: Cronograma Geral do Preparo das OM F Paz/P



Fonte: Diretriz de Preparação de Força de Paz à disposição do UNPCRS.

A 1ª etapa da preparação consistiu na execução de Instruções para Preparação de Comandantes e Estado-Maior em Operações de Paz (IPCOEM) para os integrantes do comando do BIFPaz/P e de Instruções de Preparação de Comandantes de Subunidade e Pelotão (IPCOSUPEL) para os Cmt Pel e Cmt e

SCmt SU, com o objetivo principal de apresentar o material do *Core Pre-Deployment Training Materials* (CPTM) da ONU e das Técnicas de Procedimento Padrão (TPP). Essas instruções foram conduzidas de forma centralizada pelo CCOPAB.

A 2ª etapa da preparação foi composta pelo repasse, para os demais integrantes do BIFPaz/P, das instruções recebidas pelos Cmt Pel e SU, com base no previsto no Manual de Treinamento do Batalhão Brasileiro em operações de Manutenção da Paz.

A 3ª etapa culminou com a realização de dois grandes exercícios, o Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP) e o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP). Tais exercícios tem por objetivo verificar os níveis de treinamento realizado, avaliando e certificando as diversas frações de tropa e seções do EM das diversas OM F Paz como um todo.

Figura 9: Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP)



Fonte: Site da Divisão de Missão de Paz do COTER.

Ainda em 2017, foi realizada uma visita de inspeção de uma equipe das Organizações das Nações Unidas (ONU), composta pelo Coronel Humayun Chohan Zia (Paquistão) e da Sra Anna Lisa Gazzola (Itália), que teve por objetivo a avaliação das capacidades ofertadas pelo Brasil ao *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System* (UNPCRS). A visita foi realizada em Caçapava, onde o BRABAT 26, último Batalhão Brasileiro no Haiti, estava conduzindo seu preparo. Durante a visita ao BRABAT 26, a equipe da ONU e os integrantes da comitiva participaram de uma formatura de pronto operacional, verificaram as condições de manutenção e

operacionalidade de materiais de emprego militar utilizados pelo Batalhão no seu preparo e acompanharam as atividades do Exercício Avançando de Operações de Paz (EAOP), no qual foi constatado o padrão de treinamento das tropas brasileiras que atuam em Missões de Paz.

Figura 10: Visita de Inspeção da ONU ao BRABAT 26



Fonte: Site da 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel.

Após esta inspeção, o Brasil foi certificado no nível 2 do *UNPCRS*, tendo passado pela avaliação da situação da capacidade oferecida quanto ao pessoal, à disponibilidade de equipamento de grande porte e de autossustento, bem como o padrão de treinamento alcançado.

Figura 11: Nível 2 de prontidão alcançado.

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES
3ª Subchefia - Divisão de Missão de Paz

UNPCRS
Sis Pron de Capacidades de Mnt Paz das Nações Unidas

Nível 2 Pron:

- visita de uma equipe da ONU, para avaliar a situação da capacidade oferecida quanto ao pessoal, à disponibilidade de equipamento de grande porte e de autossustento, assim como o padrão de treinamento alcançado; e
- execução de um processo preliminar de memorando de entendimento (MOU, sigla em inglês) genérico.

Nível 3 Pron: negociação detalhada do MOU, por meio do qual o País firma o compromisso de que terá condições de cumprir os prazos estabelecidos para o desdobramento da Força na área de operações, caso venha a aceitar a participação da missão.

Nível de Desdobramento Rápido: o País dispõe suas capacidades dentro de 30/60/90 dias, de acordo com o requerido pela ONU.

2º Trim 2017

- Btl Inf
- U Med II
- H-60L
- A-29
- C-105

APPROVED

Fonte: Site da Divisão de Missão de Paz do COTER.

Por não haver, até o momento, autorização prévia do Congresso Nacional para o emprego de tropas em missão de paz, os prazos para o desdobramento destes efetivos em novas missões devem considerar o tempo necessário para a tramitação da consulta e dos estudos necessários junto aos órgãos de Governo com encargos pertinentes ao assunto.

Dessa forma, pode-se inferir que atualmente a ONU possui um sistema de prontidão, do qual o Brasil faz parte, no qual estabelece níveis de prontidão para o emprego de tropas nas diversas missões de paz existentes no mundo, sob quaisquer tipos de gerenciamento da paz. Tal situação impõe a necessidade da Força Terrestre estar preparada para, no prazo estabelecido, realizar a mobilização do pessoal e do material para o emprego, valendo-se da presteza e da experiência obtida em missões anteriores.

6 CONCLUSÃO

O Brasil, por força da tradição, experiência e destacados resultados operacionais conquistados no cumprimento de compromissos assumidos na sua agenda internacional, na área de defesa, continuará a ser consultado para colaborar com o envio de tropas para missões no exterior, particularmente as direcionadas para as missões de paz.

Desta feita, há a necessidade permanente de se manter o adestramento e o preparo de tropas para a projeção de força no local e momento oportunos, em atendimento aos compromissos assumidos ou para garantir os interesses do Estado no exterior.

Para que esse resultado seja alcançado, o Exército necessita adequar, sistematizar e aperfeiçoar o preparo da Força, principalmente aquele destinado ao cumprimento de missões no exterior como Força Expedicionária, priorizando a instrução do Efetivo Profissional, adequando o adestramento face às hipóteses de emprego e definindo as tropas mais aptas para o cumprimento dessas missões.

De acordo com a Concepção Estratégica do Exército, a 1ª Divisão de Exército (DE), Divisão Mascarenhas de Moraes, é a tropa com especificidade para o emprego expedicionário. Há a necessidade de se verificar, se realmente a 1ª DE ficará permanentemente com esse encargo ou se será mais viável o rodízio da preparação de tropas entre os C Mi A, tal como foi realizado ao longo dos 13 anos em que o Brasil contribuiu com tropas para a MINUSTAH.

O modelo de seleção, preparo e emprego dos contingentes brasileiros no Haiti foi consagrado com o sucesso das operações em solo hatiano. Tal sistemática poderia ser adotada para o preparo das Forças Expedicionárias, que conforme o subprojeto, mobilizaria uma Unidade nível Batalhão em primeiro momento.

Face às restrições orçamentárias, pode-se ainda congregiar num mesmo preparo de tropas, as capacidades para atuação como Força de Paz e como Força Expedicionária, devido ao emprego desta última ser muito parecido com o conceito de Imposição da Paz, onde podem ser desencadeadas operações de combate para a consecução dos objetivos. Essa mescla poderia ser conduzida por módulos de instrução progressivos, a fim de definir claramente a evolução do espectro dos conflitos, de paz até a guerra declarada, sem contudo causar confusão no efetivo em adestramento.

Apesar da situação econômica difícil que o País vive, refletindo no corte de recursos orçamentários da Defesa, há a necessidade de se manter o subprojeto Força Expedicionária, pois conforme foi apresentado no trabalho, grandes potências militares possuem tropas com grande disponibilidade de emprego imediato. Se o Brasil quer manter sua capacidade de influenciar e atuar fora do território nacional, é imperativo que tenha uma Força Expedicionária pronta para ser empregada em curto espaço de tempo. Isso diminuiria o tempo de resposta aos apelos nacionais e internacionais, minimizando os óbices vivenciados sempre que o país necessitou empregar tropas militares ao longo de sua história.

Outro ponto de destaque é relativo ao emprego da F Expd Conjunta, agregando capacidades das três Forças Armadas, trazendo enormes ganhos em mobilidade estratégica, interoperabilidade e suporte à projeção de força, tal como é realizado pela França.

Sendo assim, a manutenção do padrão de adestramento, em um ciclo de preparo reduzido, aliada à obtenção dos domínios Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI), garantirá a prontidão de tropas orientadas para o emprego em apoio à política externa, bem como o aumento da projeção do Brasil no cenário internacional, incrementando a capacidade dissuasória das Forças Armadas.

No âmbito das Forças Armadas, e particularmente do Exército Brasileiro, contribuirá para ampliação da capacidade militar, notadamente no tocante à Doutrina e ao Adestramento; permitirá o aumento do nível de adestramento das tropas, pois a F Expd é um componente das FORPRON (Forças de Prontidão); e ainda aumentará o adestramento nas atividades de Mobilidade Estratégica, imprescindível num País de dimensões continentais como o Brasil.

No que tange às Forças de Paz, entende-se que o estágio atual alcançado é excelente, mas necessita ser mantido com a mesma intensidade e sistemática que ocorria, semestre a semestre, com o rodízio dos contingentes entre os C Mi A para a seleção e preparação das tropas a serem desdobradas.

No que se refere ao preparo dos contingentes, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil teve um papel de destaque. Como principal estabelecimento dedicado ao preparo de Comandantes de frações em diversos níveis e Estados-Maiores dos contingentes para as Operações de Paz, o Centro treinou as tropas e acompanhou a evolução da MINUSTAH, traduzindo as

necessidades impostas por novas situações apresentadas no terreno em oportunidades de melhoria do preparo para os contingentes subsequentes. Nesse sentido, o CCOPAB foi e continua sendo ator de relevo na preparação de tropas para emprego em missões de paz. Desta forma, deve-se manter esta impulsão com alocação de recursos e continuidade da sistemática de preparo, mesmo que sem uma previsão imediata de desdobramento.

Tendo o Brasil conquistado o nível 2 de prontidão no sistema *UNPCRS*, todos os esforços devem ser realizados para a manutenção do padrão alcançado. Tal situação impõe a necessidade da Força Terrestre estar preparada para, no prazo estabelecido, realizar a mobilização do pessoal e do material para o emprego, valendo-se da presteza e da experiência obtida em missões anteriores.

Por fim, destaca-se uma frase proferida pelo Marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, em seus relatos após a 2ª Guerra Mundial, momento em que disse: “Seus três primeiros escalões de embarque, integrantes da 1ª DIE, chegaram à Itália com o treinamento incompleto e inadequado, e os dois últimos partiram do Brasil praticamente sem instrução”. Cabe ao Exército Brasileiro a responsabilidade e persistência na manutenção de contingentes preparados para atuar em missões de paz, com capacidades expedicionária e multinacional, a fim de consolidar uma situação de prontidão compatível com as necessidades de atuação do Brasil no exterior.

7 REFERÊNCIAS

a) Trabalhos escritos, manuais e obras literárias:

BRASIL. Ministério da Defesa. Assessoria Especial de Planejamento. **Cenário de Defesa 2020-2039**. Brasília, DF. 2017.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 4. ed. Brasília, DF. 2007.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes**. 2. ed. Brasília, DF. 2013.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF. 2013a.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2012.

_____. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Estratégia Setorial de Defesa**. Brasília, DF. 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF. 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2012b.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. **Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF. 2007a.

_____. Exército. Comandante do Exército. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional – DAEBAI (EB10-D-01.001)**. Brasília, DF. 2013a.

_____. Exército. Comandante do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2016-2019/3ª Edição**. 3.ed. Brasília, DF. 2017a.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Programa de Instrução Militar para o ano de 2018**. Brasília, DF. 2017b.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Relatório sobre o seminário de Força Expedicionária**. Brasília, DF. 2016.

_____. Exército. Estado-Maior. **Catálogo de Capacidades 2014-2035**. 1. ed. Brasília, DF. 2014.

_____. Exército. Estado-Maior. **Diretriz para a seleção, a estruturação e o preparo de Organizações Militares de Força de Paz colocadas à disposição do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas – UNPCRS (EB20-D-05.004)**. Brasília, DF. 2015a.

_____. Exército. Estado-Maior. **Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF. 2014a.

_____. Exército. Estado-Maior. **Força Terrestre Componente**. 1. ed. Brasília, DF. 2014b.

_____. Exército. Estado-Maior. **Operações**. 5. ed. Brasília, DF. 2017c.

_____. Exército. Estado-Maior. **Operações de Manutenção da Paz**. 2. ed. Brasília, DF. 1998.

_____. Exército. Estado-Maior. **Sistema de Planejamento do Exército – SIPLEX/2017**. Brasília, DF. 2017d.

COSTA, Gustavo Monteiro Muniz. **A capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista constituir a Força Expedicionária do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ. 2014.

NASCIMENTO, Anderson Livio. **O modelo de preparo da tropa para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e as influências sobre o preparo de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz para as novas missões de paz**. Rio de Janeiro, RJ. 2017.

RODGERS, Renato da Silva. **A nova Força Expedicionária Brasileira – A necessidade da criação de uma tropa de pronta resposta do Exército Brasileiro apta para atuar em vários contextos**. Rio de Janeiro, RJ. 2016.

Revista A Defesa Nacional, Ano CIII, nº 828, 3º quadrimestre de 2015, ISSN 0011-7641. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

Revista Verde Oliva, Brasil no Haiti, um caso de sucesso 2004-2017. Ano XLV, nº 241, Centro de Comunicação Social do Exército, Brasília, DF, 2018.

SOUZA, Enio Corrêa de. **Estudo comparativo das comunicações na FEB com a doutrina e as demandas da Cia Com Bda na atualidade para compor uma Força Expedicionária valor Brigada**. Rio de Janeiro, RJ. 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p. ISBN: 978-85-224-5260-6.

b) Site de notícias e fontes de mapas e imagens

A Força Expedicionária Brasileira. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a_Expedicion%C3%A1ria_Brasileira. Acesso em 9 JUN 2018.

Certificação nível 2. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/unpcrs>. Acesso em 11 AGO 2018.

Global Conflict tracker. Disponível em: <https://www.cfr.org/interactives/global-conflict-tracker#!/global-conflict-tracker>. Acesso em 9 JUN 2018.

Inspeção da ONU. Disponível em: <http://www.bdaamv.eb.mil.br/index.php/noticias/209-brabat-26-receba-visita-de-inspecao-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em 11 AGO 2018.

Sistema Operacional Militar Terrestre. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sistema-operacional-militar-terrestre-sisomt/subprogramassisomt>. Acesso em 11 AGO 2018.